

A produção intelectual sobre educação superior na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)*: período 1968-1995*

Valdemar Sguissardi
João dos Reis Silva Jr.

Palavras-Chave: educação superior; artigo de periódico; *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)*.

Estuda a trajetória do tema “Educação Superior” na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), editada pelo Inep desde 1944 até nossos dias. Ao fazê-lo, lança luzes sobre as diversas fases da vida dessa instituição responsável pela edição da RBEP, ao mesmo tempo que discorre sobre as vicissitudes por que passou a política educacional e pedagógica no âmbito do Estado e da sociedade civil no Brasil. O percurso histórico percorrido pela RBEP e pela temática da educação superior em suas páginas é periodizado em três momentos claramente definidos. No primeiro, enfoca-se o nascimento, a natureza e a consolidação da RBEP (1944-1964). No segundo (1964-1979), a forte presença do Estado na definição das políticas educacionais, com destaque para a reforma educacional orquestrada pelo governo militar-autoritário. No terceiro (1980-1995), a presença marcante da



sociedade civil, quando esta se redemocratizava e quando a produção intelectual tinha origem especialmente nos programas de pós-graduação em educação, que à época se consolidavam.

* Este texto sobre a *RBEP* tornou-se possível porque os autores puderam contar com inúmeros dados recolhidos pelos bolsistas Sandro Dias, Luciana Verdicchio, Cláudia C. Martins e Fernando K. Meneghetti.

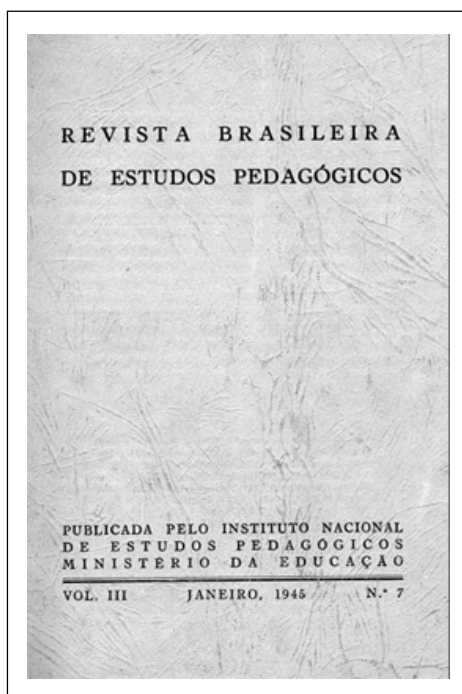
Introdução

Robert Darnton (1990), em sua obra *O Beijo de Lamourette*, ao referir-se à história do livro, descreve o percurso deste – do autor ao leitor – e as complexas relações que nesse movimento se desenvolvem, dando origem a novas produções literárias, diálogos, críticas, réplicas e trélicas conformadoras de novos universos de que o livro é constituinte essencial. Uma rica multiplicidade de atores e eventos passaria a dividir a cena do palco com o texto inicial. Conclui, pois, que a história do livro – desde os sonetos shakespearianos às instruções para montagem de um *kit* de rádio – é um campo do saber, de sutilezas raras e múltiplas dimensões reveladoras de muito do que o próprio livro não fez.¹

Um escritor, em seu texto, pode responder a críticas a seu trabalho anterior ou antecipar reações que serão provocadas por esse texto. Ele se dirige a leitores implícitos e ouve resposta de resenhistas explícitos. Assim, o circuito percorre um ciclo completo. Ele transmite mensagens, transformando-as durante o percurso, conforme passam do pensamento para o texto, para a letra impressa e de novo para o pensamento. A história do livro se interessa por cada fase desse processo como um todo, em todas as suas variações no tempo e no espaço, e em todas suas relações com outros sistemas, econômico, social, político e cultural, do meio circundante (Darnton, 1990, p. 112).

Escrever acerca da temática da educação superior na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)* – particularmente no período de 1968-1995 – , no curto espaço deste artigo, será abordar apenas parte da história e do significado desse periódico para o pensamento e para a prática da educação brasileira. Isso exige de autores e leitores muita atenção para a complexidade do objeto examinado, assim como para os limites deste sucinto estudo.

Para os propósitos deste texto, foram utilizados, inicialmente, os dados reunidos na primeira etapa do Projeto Integrado “A Produção Científica sobre Educação Superior no Brasil – 1968-1995: avaliação e perspectivas”, que, no caso da *RBEP*, consistiu na leitura de todos os artigos sobre educação superior, sua classificação (conforme tabela de categorias elaborada pela equipe responsável pelo Projeto) e resumo descritivo-informativo (caso este já não cons-



tasse da própria revista), e caracterização de cada número da revista, tendo em conta conselho editorial, tamanho dos artigos, temáticas principais, objetivos e alterações no seu formato.

Em seguida, para estabelecer uma subdivisão do período em estudo (1968-1995) e levantar algumas hipóteses e categorias de análise da produção sobre educação superior na *RBEP* e do significado teórico-político da revista, fez-se a leitura dos resumos dos artigos (eventualmente, do texto integral) e examinou-se a composição dos conselhos editoriais, os objetivos e principais temas e orientações teórico-metodológicas de cada um de seus números. Nesse mesmo propósito, também foi importante a leitura de alguns números especiais da *RBEP*, como o 150, edição comemorativa dos seus 40 anos, e o 153, no qual se encontram transcritos os debates travados em 1985 e que visavam estabelecer ou explicitar as diretrizes para a ação futura do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Foram de especial valia, ainda, três trabalhos de pesquisa – dissertações e teses – defendidas em programas de pós-graduação (Gandini, 1995; Alvarenga, 1996; Dantas, 1997).

Como adiante será melhor explicitado, o Inep tem cumprido tarefas de órgão do

¹ Ainda que os universos produzidos por livro e periódico possuam especificidades próprias, as reflexões de Darnton sobre a história do primeiro iluminam aspectos essenciais da história de um periódico em tempo determinado.

aparelho do Estado: subsidiar a produção de políticas educacionais e, ao mesmo tempo, influenciar o pensamento educacional brasileiro, através de diagnósticos, estudos e publicações, entre as quais a *RBEP* ocupou sempre um lugar de destaque. Tornou-se um espaço editorial de mediação entre o Estado e a sociedade civil, ora aproximando-se mais de um, ora de outra, num processo sempre complexo e contraditório, em razão da maior ou menor força da quele e do maior ou menor grau de organização desta, em especial dos movimentos político-educacionais.

Uma sucinta análise da conjuntura, das vinculações políticas e acadêmicas da editoria e dos demais aspectos acima citados, conduziu à divisão do presente estudo em três partes: 1ª) 1944-1964: nascimento, natureza e consolidação da revista; 2ª) 1964-1979: presença prioritária do Estado quando se articula e impõe a reforma educacional (universitária e de 1º e 2º graus); 3ª) 1980-1995: presença prioritária da sociedade civil, da Academia, e a crítica às políticas e à realidade da educação superior.

Nascimento, natureza e consolidação da *RBEP* – 1944 a 1964

A *RBEP* surgiu há 55 anos, quase ao final do Estado Novo, por iniciativa do ministro da Educação e da Saúde, Gustavo Capanema, e do então diretor do Inep, Lourenço Filho. Nasceu, como órgão oficial do ministério, para “reunir e divulgar, pôr em equação e discussão não apenas os problemas gerais da pedagogia, mas sobretudo os problemas pedagógicos especiais que se deparam na vida educacional de nosso País” (Capanema, 1944, p. 3). Seu primeiro editorial afirmava que a *RBEP* deveria:

...assumir o caráter de órgão normativo e de formação de opinião; (...) Não faltarão, também, sucintos estudos de aplicação, de modo a difundir normas de orientação pedagógica, que a prática tenha estabelecido como proveitosa, e os princípios da moderna didática sancionem como legítimas; (...) não se destina a apresentar apenas o movimento desse órgão técnico [O Inep]: deverá desenvolver mais amplo programa, aberto, como

se vê, à colaboração de especialistas de todo o País (Editorial, 1944, p. 5).

Afirmava ainda a intenção de contribuir para a formação de uma esclarecida mentalidade pública em matéria educacional e de registrar “os rumos da pedagogia brasileira na fase, em que se encontra, de viva renovação e de clara afirmação social” (Editorial, 1944, p. 6).

Com o passar de mais de meio século de existência, representada por 186 números editados, conseguiu um feito raro entre especialistas: a unanimidade quanto a seu lugar privilegiado e ímpar no campo da divulgação tanto legislativo-normativa da área, quanto dos estudos e debates das grandes questões da educação nacional.

Vários estudos têm examinado distintos aspectos de seu longo e excepcional percurso para um periódico desse gênero no Brasil. Entre eles, cabe fazer referência aos de Gandini (1995), Alvarenga (1996), Dantas (1997), Saviani (1984), Castro (1984) e Rosas (1984).

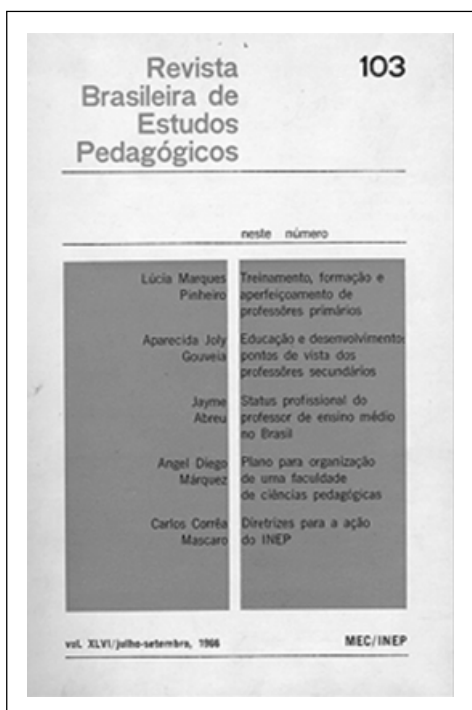
Quase todos trazem importantes informações sobre as razões e circunstâncias que tornaram possível a criação e a consolidação da *RBEP*; informações relevantes quando se pretende compreender em que contexto surgiu e o porquê de seus inegáveis méritos e surpreendente longevidade.

Raquel Gandini (1995, p. 11), atendo-se à seção “Idéias e Debates” dos 45 primeiros números da *RBEP*, editados no período de 1944-1952, visou esclarecer:

quais as perspectivas e os pressupostos políticos e teóricos daqueles que, como intelectuais, têm participado de órgãos administrativos do Estado, e que visão eles têm sobre o seu próprio papel e sobre as funções do Estado em sua relação com a sociedade e com a educação.

Chama a atenção Gandini (1995, p. 24) para o fato de que o Inep, responsável pela edição da revista, não se constituía mero “órgão técnico”:

era parte do aparelho do Estado no âmbito da educação, encarregado de propor e fundamentar “técnica e cientificamente” a política educacional do Estado Novo no momento em que se afirmava o “ponto de vista nacional” na condução dos problemas pedagógicos brasileiros.



gia (Lei nº 378, de 13/1/37), depois Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep), instalado em 1938, e, mais tarde, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (1972), desde sua fundação até 1947. Foi diretor/editor da *RBEP*, de sua criação até 1947. Sua orientação teria extrapolado em muito seu mandato: manter-se-ia mesmo durante a gestão de Milton de Andrade Silva (seu auxiliar desde a fundação da revista) – de 1947 a 1952. Em 1952, assume a direção da *RBEP* Anísio Teixeira, outro signatário do Manifesto dos Pioneiros, também escolanovista, mas de posições político-educacionais bastante distintas das de Lourenço Filho, que irá impor uma nova orientação à revista durante seus doze anos subseqüentes: 1952 a 1964.

Ao prefaciар o livro de Gandini (1995), Mírian J. Warde destaca a importância de mostrar-se que muitos dos au-

Além disso, a revista teria sido criada por Capanema no clima de estreita colaboração com representantes da Igreja Católica, especialmente de Alceu de Amoroso Lima, cujas idéias – conservadoras, antimarxistas e de defesa da ajuda do Estado para as instituições de ensino católicas – iriam exercer grande influência sobre a atuação do ministério no período de 1934 a 1945.

A singular atuação do ministro Capanema nesse período teria feito com que a influência dessa liderança católica não se impusesse mais decisivamente sobre a nova revista: em seus inícios, “manteve-se perfilada à tendência escolanovista que aquele pensador católico combatia com bastante vigor, considerando-a naturalista, materialista, imediatista e estatista” (Gandini, 1995, p. 27).

A autora examina em especial o pensamento e participação de Lourenço Filho (Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira teriam sido impedidos de atuar na revista nos primeiros anos por intervenção de Alceu de Amoroso Lima, que os considerava marxistas, comunistas...), editor e principal articulista da *RBEP* nesse período.² M. B. Lourenço Filho, um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros, talvez o principal divulgador e estimulador das idéias e dos ideais da Escola Nova, no Brasil, foi diretor do Instituto Nacional de Pedago-



tores retratados nesse estudo da *RBEP* são os que lideraram reformas educacionais nas décadas de 20 e 30, que retornaram ao debate quando das discussões em torno da LDB (1947-1961) e ainda em outras ocasiões importantes, e que, embora sob muitos aspectos partilhassem dos mesmos princípios, nem todos tiveram a mesma atuação, nas suas relações com o Estado e com a obra

² Nos 45 primeiros números da revista, Lourenço Filho teve publicadas 26 matérias: oito conferências, quatro relatórios de pesquisa, duas transcrições de cursos, dois debates, um necrológio, cinco artigos, um discurso, uma transcrição de artigo de jornal e duas respostas a consultas dirigidas ao Inep (cf. Gandini, 1995, p. 95).

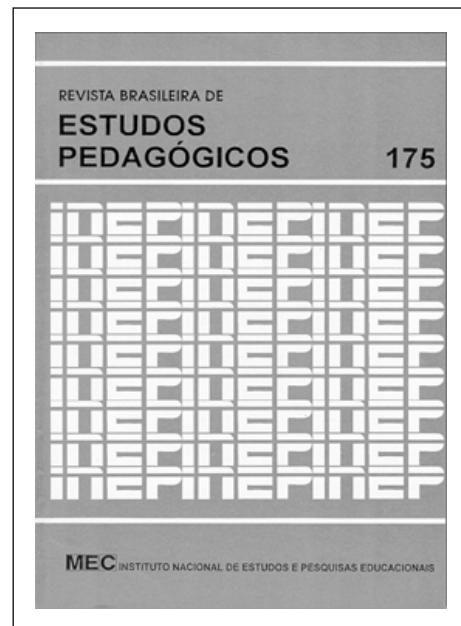
educacional. Nesse sentido, Warde (1995, p. 7), ainda acrescenta:

De outro lado, penso ser indispensável examinar detidamente as diferenças que marcaram as práticas e teorizações de funcionários que se tornaram intelectuais e de intelectuais que se tornaram funcionários do Estado. As minhas incursões nesse terreno têm me levado a constatar que esses dois itinerários engendram histórias muito diferentes.

Gandini (1995, p. 29) demonstra, através da análise do conteúdo das revistas do período estudado (1944-1952), o quanto a *RBEP* era porta-voz dos atos oficiais do Estado, especialmente de seu poder executivo, publicando decretos, portarias e atos de todos os ministérios e setores do governo que tivessem qualquer relação com a ação educativa oficial.



Uma análise rápida do material publicado parece indicar que a administração federal se ocupava do controle, regulamentação, inspeção, reconhecimento e cassação de escolas e de professores. Às administrações estaduais restava o remanejamento e a reorganização de suas respectivas redes de escolas, o aparelhamento de seus órgãos centrais, admissão e remoção de professores. Pouco sobrava aos municípios, que cuidavam de sua própria rede de ensino sem



recursos e sem autonomia: estabelecer vencimentos, criação de cargos e atribuição de doações a entidade públicas, como bibliotecas, ou a associações de caráter privado, além de desapropriação de terrenos para a construção de prédios escolares.

Segundo Gandini (1995), nos oito primeiros anos da revista, dos 246 artigos publicados na seção "Idéias e Debates", 28,55% tratavam de psicologia; 16,07%, de educação em outros países; 9,37%, de história da educação; 9,37%, de ensino/metodologia; 5,35%, de estatística; 3,57%, de relatórios de pesquisa; 3,57%, de política educacional; 3,12%, de política educacional; 2,60%, de assuntos universitários; e 18,43%, de outros assuntos.

De um total de 241 autores, 28% eram estrangeiros; 66% nacionais; e 5% sem indicação de nacionalidade. Os homens eram aproximadamente 82% e as mulheres, 18%.

Verifica-se que os representantes do Estado, embora fossem em número menor que os da categoria professor universitário, publicavam mais artigos: Em termos globais, considerando o total de autores (163) e o total de artigos (246), os representantes do Estado brasileiro representavam 22,7% do total e publicaram 30% dos artigos.

Lídia Alvarenga (1996), em sua tese, já referida, realiza um estudo bibliométrico dos artigos que tratam da institucionalização da pesquisa educacional, publicados pela *RBEP*, no período 1944-1974.

Acerca da contribuição da *RBEP*, vista como a mais importante publicação na área de educação nos últimos cinquenta anos, transcreve palavras de Azevedo (1964, p. 24, apud Alvarenga, 1996):

ela [a revista] contribuiu de modo notável para a análise e o debate dos problemas da educação no Brasil trazendo a todos – administradores, reformadores e professores em geral – teorias e dados concretos para fazerem uma idéia tão clara quanto possível da situação do ensino de todos os tipos e graus, dos problemas mais graves que teriam que enfrentar e de suas soluções mais adequadas.

Sobre o primeiro número, escreve Alvarenga (1996, p. 92):

Os planos iniciais para edição do periódico foram elaborados pelo professor Lourenço Filho, primeiro diretor do Inep, tendo sua apresentação gráfica sido inspirada no *Boletim* do Bureau Internacional do Trabalho e seu primeiro número editado pela Imprensa Nacional. Podem ser detectadas na *RBEP* muitas das características de um periódico anteriormente produzido pelo Departamento de Instrução Pública da Prefeitura do Distrito Federal, o *Boletim de Educação Pública*, criado por Anísio Teixeira. O periódico do Inep manteve, segundo Lourenço Filho (1964), durante dois anos, tiragem mensal absolutamente pontual, tornando-se depois trimestral, mantendo o mesmo nível dos primeiros números.

O interesse principal do estudo de Dantas (1997, p. 4) foi identificar:

as formas como foram tratadas as questões educacionais em dois períodos importantes para o setor [educacional], situados nas décadas de 1960 e 1970, quando foram editadas duas leis organizadoras do ensino: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ou Lei nº 204/1961, e a Lei nº 5.692, aprovada em 1971, que reformulou o ensino de 1º e 2º graus.

Na dissertação de Dantas, examina-se a vinculação entre os projetos educacionais, traduzidos pelos instrumentos normativos, e os projetos globais de desenvolvimento que em cada momento eram pensados para o País, tanto no período de maior incidência do nacional-desenvolvimentismo (1950-1964) quanto

no que se instaura com a ditadura militar (1964...) e em que predominam idéias e ações visando à internacionalização da economia brasileira.

As naturezas diversas, tanto dos projetos de desenvolvimento quanto dos regimes de poder do Estado, determinam a uma revista de caráter oficial uma atuação que, sem fugir de seus objetivos originais, apresenta-se bastante distinta quanto aos autores, temáticas e diretrizes gerais em cada um desses momentos. Quais são essas características, especialmente as do segundo período (1964-1975 ou 1976), ver-se-á mais adiante, quando se analisar a produção da revista sobre a educação superior, especialmente na conjuntura da articulação, elaboração e implantação da Lei nº 5.540/1968, da Reforma Universitária.

O número 150 (v. 65), de maio/ago. 1984, comemorativo dos 40 anos da fundação da *RBEP*, traz ao leitor um conjunto significativo de informações sobre seu nascimento e itinerário. Entre suas matérias, cabe destacar: o editorial sobre a “Presença da revista na educação brasileira”, provavelmente de autoria de seu editor, Jader de Medeiros Britto; o texto da diretora do Inep, Lena Castello Branco F. Costa, “Inep – novos rumos e perspectivas”, com importantes informações sobre a *RBEP*; a republicação de “O manifesto dos pioneiros da Educação Nova”, com comentários a respeito do último de seus signatários vivo, Paschoal Lemme. Quatro textos temáticos ainda são de grande interesse para os objetivos deste estudo: o de Dermeval Saviani (1984) sobre a “Filosofia da Educação no Brasil e sua veiculação pela *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*”; o de Amélia D. de Castro sobre “A Didática na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*: um percurso de quatro décadas”; o de Paulo Rosas “A Psicologia na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*”; e o de Ester Buffa sobre “Os conflitos ideológicos ocorridos durante a tramitação da Lei de Diretrizes e Bases e a participação da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*”.

Para os objetivos e limites deste texto, cabe examinar em especial a contribuição desse artigo de Dermeval Saviani. Ele serve para ilustrar tanto aspectos da produção da revista no período 1944-1964 quanto no que se lhe segue, 1964-1979.

Saviani (1983, p. 273-290), lançando mão do rico material presente em 150

números da revista (até 1984), visou testar sua hipótese de trabalho (publicada no ano anterior) acerca da periodização das principais concepções de filosofia da educação no Brasil. O período que cobre a existência da *RBEP* (1944-1984) é dividido por Saviani (1984, p. 284) em três momentos:

1945-1960: predomínio da concepção humanista moderna de filosofia da educação;

1960-1969: crise da concepção humanista moderna e articulação da tendência tecnicista;

1969- ... : manifestações da concepção analítica de filosofia da educação aliada ao predomínio da tendência tecnicista e concomitante desenvolvimento de críticas à pedagogia oficial consubstanciadas na tendência crítico-reprodutivista.

A primeira constatação de Saviani é que do nº 1 ao nº 140 da revista (1944-1976) “são pouquíssimos os artigos situados especificamente no âmbito da filosofia da educação”. Mais: verifica-se, segundo o autor, apenas dois artigos, ambos do Pe. Leonel Franca, nos anos 1944 e 1947, claramente vinculados à concepção humanista tradicional (vertente religiosa, por oposição à vertente leiga), concepção que predominara, ao lado da concepção humanista moderna, no período de 1930-1945, anterior ao da criação da revista.

Todos os demais artigos de filosofia publicados nos 92 primeiros números, isto é, até 1963, seriam vinculados à concepção humanista moderna, “patenteada não apenas através dos autores que explicitamente a ela estão filiados, mas também através dos temas abordados”. Quem são os principais autores dessa concepção? Lourenço Filho (18 textos), Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Almeida Júnior, Helena Antipoff, Faria Góis Filho, Sucupira, etc., além de traduções de H. Wallon, Luzuriaga, Mantovani, Planchard, W. H. Kilpatrick, Dewey, entre outros.

O período de 1944 a 1964 pode ser dividido em duas importantes fases da revista. Primeiro, o que vai de sua fundação até 1952, sob clara influência dos ideais da Escola Nova, na perspectiva de um de seus principais representantes, Lourenço Filho. O segundo, que se identifica com a orientação de Anísio Teixeira, diretor do

Inep e da própria revista, de 1952 a 1964. Neste, a revista participa incisivamente da luta em defesa da escola pública, nos debates que conduzirão à aprovação da Lei nº 4.024/1961, Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional, após treze anos de tramitação no Congresso Nacional.

Apesar de estar em debate e, posteriormente, em implantação a LDB de 1961, a temática da educação superior ocupa lugar relevante nos anos 1961 e 1962, conforme demonstra Dantas (1997)³, chegando a 30% dos artigos publicados nesse biênio, do nº 81 ao nº 88. Registre-se, ainda, o alto percentual de autores publicados nesses números, vinculados a universidades públicas (64%) e a universidades estrangeiras (11,7%).

Grande parte dos artigos sobre a educação superior cobravam a necessidade de a universidade responder às exigências postas pelas novas realidades sociais. Isto se conformava claramente com o grande debate nacional que se iniciava em torno das Reformas de Base, entre elas a da Universidade, campo em que se destacavam os estudantes nucleados em torno da União Nacional de Estudantes (UNE) e de algumas lideranças acadêmicas, como Álvaro Vieira Pinto e Roland Corbisier, do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb).

Assim como, de 1944 a 1952, predominaram os artigos de autoria de Lourenço Filho, seu primeiro diretor e grande mentor, fato semelhante ocorreria durante a gestão de Anísio Teixeira à testa do Inep (1952-1964, isto é, do v. 17, n. 46, abr./jun. 1952 ao v. 41, n. 93, jan./mar. 1964). Foram 33 os artigos publicados de sua autoria, ou 14,8% dos 222 artigos publicados na seção “Idéias e Debates”. Os artigos dos dez autores mais publicados⁴ somaram 101, isto é, 45,5% do total de artigos publicados no período (222).

Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo, três signatários do Manifesto dos Pioneiros e representantes da Escola Nova e, na análise de Saviani (1984), vinculados à concepção humanista moderna de Filosofia da Educação, publicaram, nos 47 números da *RBEP* desses doze anos, nada menos que 55 artigos, isto é, 24,7% do total dos artigos publicados no período ou uma média superior a um artigo por número da revista. Ao contrário do que à primeira vista poderia parecer, esses dez autores continuarão publicando muito nos anos seguintes, apesar da mu-

³ Dos 33 artigos publicados por professores universitários, dez são de autoria de professores da Universidade do Brasil.

⁴ Gestão Anísio Teixeira: 1952-1964. Autores mais publicados na seção “Idéias e Debates”: Anísio Teixeira, 33; Lourenço Filho, 14; Jayme Abreu, 13; J. Roberto Moreira, 11; Fernando de Azevedo, 8; A. Almeida Júnior, 6; Abgar Renault, 5; Newton Sucupira, 4; Valnir Chagas, 4; Florestan Fernandes, 3; outros artigos, com um ou dois autores: 121. Total de artigos: 222.

dança do regime em 1964. Apenas Florestan Fernandes deixa de ser publicado a partir dessa data.

Durante a gestão de Anísio Teixeira (1952-1964), foram publicados pela *RBEP* apenas 22 artigos sobre a temática específica da educação superior, isto é, 10% do total de artigos publicados no período. Desse total de 22 artigos, 12 foram publicados nos anos de 1961 (3), 1962 (6) e 1963 (3), período em que o debate sobre a reforma universitária, no contexto das chamadas Reformas de Base, estava em seu auge.

A presença do Estado e a reforma universitária – 1964 a 1979

Examinar a produção da *RBEP* sobre educação superior nesse período é considerar antes de tudo o momento de ruptura em diferentes níveis da realidade nacional que significou o Golpe Militar de 1964; em seguida, visualizar o processo de reforma universitária articulado ao de implantação e manutenção do modelo socioeconômico adotado pelos governos militar-autoritários. A nova fase do desenvolvimento capitalista no País, diante de suas próprias demandas econômico-sociais, indicava, sob muitos aspectos, a necessidade da ampliação do acesso ao ensino de 3º grau e uma profunda reformulação no modelo universitário existente.

O projeto educacional do regime militar, autoritário e excludente, no dizer de Germano (1993, p. 104), tirava partido dessa situação e produzia um discurso de valorização da educação, ao mesmo tempo em que transformava “a política educacional numa estratégia de hegemonia, num

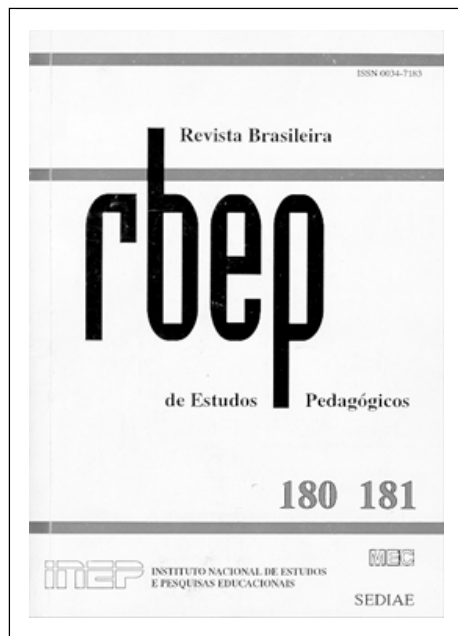
veículo para obtenção do consenso.” Ao analisar a política educacional do Estado Militar, indica algumas razões dessa estratégia:

Com efeito, apesar da constante valorização da educação escolar no nível do discurso, o Estado esbarra, em primeiro lugar, no limite de ordem material: a escassez de verbas para a educação pública. Isto acontece porque (...) o Estado emprega o montante de recursos sob sua responsabilidade em setores diretamente vinculados à acumulação de capital. Esta é a sua prioridade real, a qual, por sua vez, aponta no sentido da privatização do ensino.

O modelo econômico em implantação – internacionalizado, concentrador e centralizador de capital, que fazia do consumo individual de bens duráveis uma de suas estratégias – necessitava, dentro de certos limites, de mão-de-obra qualificada para as exigências dessa nova fase. A reforma universitária de 1968, apesar de todos os argumentos utilizados pelos governos militares, significou em última instância uma mudança na forma de ascensão social da classe média. Até os anos 60 os setores médios se reproduziam a partir de suas poupanças e pequenos negócios. No entanto, a alteração do modelo econômico brasileiro – que possibilitou a emergência de grandes empresas nacionais públicas e privadas e corporações multinacionais – interrompeu a principal via de ascensão social dos setores médios, ao mesmo tempo que produzia um mercado de trabalho para mão-de-obra “diplomada”. Dessa maneira, o ensino superior tornou-se, se não a única, ao menos uma relevante estratégia para repro-

Tabela 1 – Subtemas de educação superior na *RBEP*, no período de 1952-1964

Temática	Quantidade	Frequência %
Políticas públicas de educação superior	2	9,0
Universidade e sociedade	9	40,0
História da educação superior	1	4,5
Autonomia universitária	1	4,5
Ensino	5	22,7
Pesquisa	3	13,6
Extensão	1	4,5
Total	22	100,0



dução e ampliação da classe média, importante como mercado consumidor no modelo de desenvolvimento econômico associado ao capital internacional e como produtora da legitimidade para um regime autoritário e repressor.

O novo modelo de desenvolvimento aliado à natureza autoritária do regime impunha um novo modelo de universidade que formasse profissionais especializados, receptivos às novas regras de desenvolvimento da nova hegemonia ou da meta do Brasil-Potência.

Era necessário integrar a educação superior às orientações do novo projeto de desenvolvimento. Era necessário despolitizar o campo acadêmico, neutralizar as ações de contestação do movimento estudantil, ligado a organizações populares, e mantê-lo sob rígido controle (Germano, 1993).

De um lado, presencia-se o crescimento dos efetivos do ensino superior vinculado ao processo de expansão do capitalismo e ao conseqüente desenvolvimento da área cultural, mercado de bens simbólicos, onde se situa a educação; de outro, o processo de privatização, na medida em que a educação passa a ser encarada como mercadoria a ser regulada pelas leis econômicas do mercado (Ortiz, 1981).

As tendências que se verificavam ao final do regime nacional-desenvolvimentista e muitas das ações recomendadas pelos diversos Grupos de Trabalho (GTs) culmi-

nam na própria reforma universitária que, mediante nova estrutura, visa garantir novas formas de controle político-ideológico de um ensino universitário mais racionalizado e eficiente⁵ e, com isso, prover a segurança do novo modelo de crescimento.

É, portanto, neste contexto do fortalecimento de um Estado autoritário, de internacionalização da economia brasileira, que deve ser localizado o esforço real de reforma da educação superior e de sua privatização, no Brasil, sem perda, pelo Estado, de seu controle político e administrativo.

O esforço pela reforma universitária e privatização da educação superior, com a marca do aumento da eficiência do sistema, inicia-se com a (re)contratação pelo MEC dos serviços do assessor da United States Agency International Development (Usaid), professor Rudolph Atcon, em 1965. Prossegue com os trabalhos desenvolvidos pela Equipe de Assessoria para o Planejamento do Ensino Superior (Eapes) – Acordo MEC-Usaid, assinado em 1967, com as edições dos Decretos-Leis nº 53, de 18/11/1966 (que fixa princípios e normas de organização para as universidades federais); nº 252, de 28/2/1967 (complementar ao de nº 53); nº 200, de 25/2/1967, e nº 900, de 29/9/1969 (ambos constituindo a base legal da reforma administrativa do Estado, criação e funcionamento de empresas estatais, autarquias e fundações).

Segundo Martins (1988a, p. 7-8), ao lado de sua acelerada e grande expansão:

Um dos traços marcantes da política educacional que emergiu com o regime autoritário foi a sua disposição de imprimir uma instrumentalidade à vida acadêmica. A modernização das atividades de ensino e pesquisa deveria, segundo a visão educacional então assumida pelo poder central e imposta à comunidade acadêmica, estar associada às demandas extra-universitárias, principalmente às provenientes do campo econômico, o qual passava também por um profundo e acelerado processo de reestruturação.

A educação, especialmente a superior, era entendida como estratégica para o desenvolvimento industrial brasileiro. Enfatizava-se o princípio da expansão com contenção de investimentos pelo poder público. Não-duplicação de recursos materiais e humanos, racionalização

⁵ Para um detalhado exame da idéia de racionalização e eficiência da Reforma Universitária, cf. Vieira (1962). Sobre a massificação e o autoritarismo no ensino superior, nesse período, cf. Oliven (1990, p. 70 et seq.)

máxima das atividades acadêmicas eram as palavras de ordem mais enfatizadas. Reiterava-se o mote da escassez de recursos financeiros para implementar e sustentar a inadiável expansão do setor, para o que se convocaria e incentivaria a iniciativa privada tanto confessional como “empresarial”.

A Reforma Universitária, ao menos no plano abstrato do projeto nacional-militar, deveria desempenhar um papel importante no modelo político-econômico implantado com o Golpe de 1964. Os relatórios de Rudolph Atcon, da Eapes/MEC-Usaid, do general Meira Matos, da CPI do Ensino Superior de 1967-1969 e do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária de 1968 mostram a importância que a instituição universitária tinha então para as forças que haviam assumido o poder com o Golpe Militar de 1964.⁶

O que vai ocorrer com a chegada das novas forças ao poder, no dizer de Martins (1988b, p. 13), não é “uma ruptura radical das tendências que vinham sendo esboçadas no ensino superior sob a égide de governos nacionais-reformistas”. O período autoritário não abandonaria o projeto de modernização gestado no período populista ou nacional-desenvolvimentista.

O que sofreria uma profunda mudança qualitativa seria o sentido histórico que passaria a determinar os fins da modernização do ensino superior. Esta, a partir da liquidação política do populismo, perderia a sua conexão com a criação de um capitalismo “autônomo”, de coloração nacionalista, para tornar-se um fator instrumental da consolidação de um projeto de desenvolvimento “associado” e dependente dos centros hegemônicos do capitalismo internacional.

Como a *RBEP* responde às exigências de expansão da educação superior, de reestruturação organizacional e de muito maior eficiência do sistema?

Já no número 93 da revista (de jan./mar. 1964), Saviani registra a presença do que ele vê como “crise que começa a atingir a concepção humanista moderna” de filosofia da educação. Seriam indicadores dessa crise os artigos de Anísio Teixeira, “Plano e finanças da educação”; de Joaquim Faria Góis Filho, “A cooperação entre a universidade e a indústria” e de Gildásio Amado, “Ginásio Moderno”. Os dois primeiros preocupam-se com as relações entre

educação e modelo empresarial, o terceiro “trata dos ginásios orientados para o trabalho, ou seja, os ginásios vocacionais, experiência que descrevi como um dos indicadores da crise da concepção humanista moderna e articulação da tendência tecnicista.” (Saviani, 1984, p. 286).

A partir dessa data, esta tendência predominaria nos poucos escritos com características filosóficas editados até o final do período analisado. Saviani destaca artigos versando sobre métodos ativos, recursos audiovisuais, processos de comunicação, instrução programada e TV educativa, modelo econômico para o planejamento educacional, publicados nos anos de 1966, 1967 e 1968. Em 1969, publica-se um número inteiro (nº 116, out./dez.) dedicado à TV educativa; em 1970, o nº 119 (jul./set.), à economia da educação (custos e financiamento) e o nº 120 (out./dez.), ao ensino técnico; em 1971, o nº 121 (jan./mar.), à tecnologia, financiamento e TV educativa. Os números que vão do nº 126 (abr./jun. 1972) ao nº 140 (out./dez. 1976), segundo Saviani, consagraram-se, em sua maioria, a unidades temáticas típicas da tendência tecnicista.

Nos artigos consagrados à temática da educação superior, pode-se facilmente identificar a presença, por um lado, das marcas da concepção humanista moderna e das lastreadas na tendência tecnicista ou do capital humano; por outro, as preocupações de autores filiados e não filiados a essas concepções, a tratarem de temas e questões que estavam no centro do debate tanto no País como no exterior, tais como: modernização, reforma universitária, pesquisa, planejamento, novas tecnologias, etc. Uma simples amostra de autores e títulos de artigos servirá para ilustrar essa realidade (cf. Tabela 2).

Nos quinze anos desse período (1964-1979), foram 56 os artigos publicados pela *RBEP* sobre a temática da educação superior, com as marcas acima referidas, isto é, 24% do total de 230 artigos publicados pela revista. Exatamente metade deles foram publicados de 1968 a 1972 (1968: 9; 1969: 2; 1970: 6; 1971: 1; e 1972: 10), período de aprovação e implantação da Lei nº 5.540/1968, da Reforma Universitária.

Como observado páginas atrás, no período de 1964 a 1979, mesmo tendo deixado a direção do Inep, Anísio Teixeira

⁶ Para maiores informações sobre as relações entre os Relatórios ATCON, da Eapes (MEC/Usaid), da CPI do Ensino Superior e do GT da Reforma Universitária com a Lei nº 5.540/68, da Reforma Universitária, cf. Sguissardi (1993, p. 55-67) e Nicolato (1986).

Tabela 2 – Subtemas de educação superior na RBEP, no período de 1964-1979

Temática	Quantidade	Frequência %
Políticas públicas de educação superior	3	5,7
Universidade e sociedade	15	28,8
Organização e gestão	9	17,3
Ensino	19	36,5
Pesquisa	6	11,5
Total	22	100,0

continuou publicando regularmente na *RBEP*, embora com menor intensidade, igualando-se na primeira posição com o coordenador da Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), Jayme Abreu, com 12 artigos publicados, isto é, 5% do total (no período anterior foram 14,8%).

Os dez autores mais publicados foram responsáveis por 72 (31%) do total de 231 publicados neste período contra 45% do período anterior (1952-1964).

A partir de 1964, Lourenço Filho publicará apenas três artigos e Fernando de Azevedo, apenas um. Durmeval Trigueiro, membro do Conselho Federal de Educação (CFE), e com posições liberais e claramente anti-autoritárias, publica ainda oito artigos nos anos pós-64. Newton Sucupira e Valnir Chagas, membros do CFE, de atuação destacada quando da aprovação da LDB/1961 e da Lei nº 5.540/1968, publicaram em conjunto oito artigos (quatro cada um) no período anterior e 12 (seis cada um), nesse período.

Somando-se os artigos dos dois períodos (1952 a 1979), temos os seguintes escores: Anísio Teixeira, 45 artigos; Jayme Abreu, 25; Lourenço Filho, 18; Seguem depois: J. Roberto Moreira, com 11; Newton Sucupira e Valnir Chagas, com 10 cada um; Fernando de Azevedo e Durmeval Trigueiro, com 9 cada um, para um total de aproximadamente 450 artigos publicados nesses 27 anos e 100 números editados.

Outro aspecto a considerar é o da linha editorial. Enquanto Lourenço Filho praticamente dirigiu o Inep e a *RBEP* de 1944 a 1952 e Anísio Teixeira, de 1952 a 1964, de 1964 a 1979 nenhuma gestão ultrapassou três anos de mandato: Carlos Pasquale (1964-1966); Carlos Correa Mas-

caro (1966-1969); Guido Ivan de Carvalho (1969-1970); Walter de Toledo Piza (1970-1972); Ayrton de Carvalho Matos (1972-1975); Francisco Cruz Barbosa Lopes (1975-1976); Maria Mesquita de Siqueira (1976-1978); e Leticia Maria Santos de Faria (1979).

Quanto ao conselho editorial, de 1968 a 1977, ocorreram poucas mudanças. Algumas figuras marcaram profundamente esse período. Jayme Abreu e Lúcia Marques Pinheiro estão presentes no conselho editorial em abr./jun. 1968 (v. 49, n. 110) e permanecem, aquele, até jan./mar. 1973 (v. 59, n. 129), e esta, até out./dez. 1976 (v. 61, n. 140). Possuem trajetória bastante semelhante e concomitante Elza Nascimento Alves, Péricles Madureira de Pinho e Elza Rodrigues Martins, todos com aproximadamente seis anos de participação no conselho.

A presença da sociedade civil – 1980 a 1995

Conforme demonstrado no item anterior, foram os setores médios o alvo prioritário do processo de expansão do ensino superior no Brasil, especialmente pela via das instituições de ensino superior (IES) privadas (em especial isoladas ou não-universitárias), dada sua presumida capacidade de promoção do consenso em torno dos objetivos dos governos militar-autoritários, de um lado, e, por outro, da posição estratégica que ocupavam no interior do modelo de desenvolvimento então vigente.

No entanto, atingidos os objetivos postos para os setores médios e satisfeitos em termos quantitativos as reivindicações desses setores, o espaço social da educação superior altera-se novamente diante da nova conjuntura enfrentada pelas IES do

setor privado e pelas pressões sobre o Estado, originadas da sociedade civil. Tais instituições vêem-se obrigadas a se reorganizarem no novo contexto e a se adequarem à demanda emergente constituída pelos estratos sociais mais baixos, o que fez diminuir seu padrão acadêmico.

Quando as escolas isoladas tentaram preencher suas vagas, atraindo estudantes de origem socioeconômica mais modesta, os próprios elementos da classe média passaram a criticar o padrão dos cursos oferecidos, já que tinham regularizado sua situação profissional, através de obtenção dos diplomas. O discurso em favor de mais oportunidades educacionais, que tinha expressado as reivindicações da classe média durante um certo período histórico, tende a dar lugar a outro, o da qualidade do ensino, uma vez que os privilégios da classe média, baseados na posse de um diploma de curso superior, estavam sendo ameaçados pelo número crescente de novos graduados. O perigo do processo de desvalorização do diploma é contra-atacado pela crítica às escolas, em nome da manutenção do padrão acadêmico (Oliveira, 1990, p. 111-112).

Nesse fato, reside uma chave parcial para a compreensão da reorganização do ensino superior, em particular do seu setor privado e do discurso em prol da qualidade e da avaliação – característica marcante na década de 80. A outra é de natureza conjuntural, isto é, a nova ordem mundial, centrada no desenvolvimento da ciência e tecnologia e na formação de trabalhadores qualificados para a nova configuração da base produtiva, faz os empresários aproximarem-se do campo educacional brasileiro. Esta aproximação empresarial tende a subordinar a educação em geral e o ensino superior em particular ao sistema produtivo.

A década de 80 é marcada, portanto, por uma reacomodação do ensino superior no Brasil por razões estruturais e gerais e por outras relacionadas às especificidades da gestão desse espaço social. O governo federal, nesse período, tentou conter a expansão do ensino superior privado (ESP), bem como ameaçou regulamentar, mediante decretos, a avaliação e a qualidade da educação superior brasileira. Fonseca (1992, p. 159) sintetiza bem as razões da reorganização do ESP e do surgimento do dis-

curso sobre qualidade e avaliação, ao mostrar quem eram os agentes da sociedade civil que pressionavam o governo a rever a administração do ensino superior no País:

no final da década de 1970, as mudanças ocorridas na economia, que geraram grave quadro inflacionário e agravaram a crise de desemprego, vão contribuir para um certo desaquecimento da expansão do ensino superior e para a sua *revisão crítica, da perspectiva qualitativa*, por vários segmentos da sociedade civil. O próprio governo, pressionado, envolve-se na discussão do tema “*qualidade de ensino*”, como uma forma de dar respostas às constantes críticas das *associações de profissionais, da universidade pública e de segmentos da classe média* que se sentiam desprotegidos com a perda da relevância do título acadêmico (ênfase nossa).

Temos um quadro no qual o ensino superior privado freia sua expansão, o governo pressionado por associações profissionais da sociedade civil – especialmente representantes da classe média –, adota medidas supostamente em prol da qualidade nesse nível de ensino e contra a expansão desenfreada do ensino superior,⁷ o movimento docente organiza-se e estabelece sua proposta para a educação superior, num contexto contraditório de crise econômica e de redemocratização, enquanto educadores e pesquisadores em educação organizam-se para, também, influenciarem na política educacional brasileira⁸. Data desse momento a consolidação de entidades como o Centro de Estudos de Educação e Sociedade (Cedes), a Associação Nacional de Educadores (Anped) e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), que passam a influenciar os órgãos produtores das políticas educacionais.

O Inep publicou, no biênio 1979-1980, os números 143, 144, 145 e 146 da *RBEP*, sem conselho editorial⁹ e, no período de 1980 a 1982, não editou nenhum número da revista, traduzindo os sinais das transformações que pareciam afetar órgãos como o Inep – encarregados da coordenação da pesquisa em educação no País – diante da consolidação e autonomia da produção acadêmico-científica dos numerosos progra-

⁷ É de 1985 a criação do Grupo de Estudos para a Reestruturação do Ensino Superior (Geres), que irá propor ao MEC a constituição de universidades de conhecimento (pesquisa) e universidades de ensino.

⁸ Desde o final da década de 70 até a “Nova República”, observou-se uma fragmentação da política educacional e uma pulverização dos recursos originários do Estado. Esse fato se explicava, em grande parte, pelo declínio do “milagre econômico”. A educação deixou de ter a prioridade que tinha no início dos governos militares, deixou de ser considerada no contexto global das políticas governamentais, para ser administrada através de projetos isolados e de curto prazo.

O ensino superior já tinha uma década de expansão e poucas destas instituições, realmente, haviam atingido os objetivos proclamados na reforma universitária, quanto à indissociabilidade entre ensino e pesquisa e, portanto, a demanda pela pós-graduação era concreta no País. Desta forma, o Ministério da Educação buscava, através da Capes, CNPq e outras instituições financiadoras de pesquisa, construir uma política de pós-graduação que estimulasse a qualidade dos programas já existentes. (Silva Júnior, 1993).

⁹ O último conselho editorial de 1978 era constituído por Maria Mesquita de Siqueira, Maria Laís Mousinho Guidi, Divonizir Arthur Gusso, Martha Albuquerque e Jader Medeiros Brito.

mas de pós-graduação e instituições de pesquisa na área.

A partir de 1983, o conselho editorial da *RBEP* é reconstituído e entre seus componentes é possível identificar educadores e pesquisadores ligados aos programas de pós-graduação e aos movimentos político-educacionais que se consolidavam no País, um indício a mais da hipótese de mudanças no Inep e na *RBEP*. Este novo conselho compunha-se dos seguintes membros: Ana Maria Popovic, Antonio Gomes Pereira, Bernadete A. Gatti, Carlos Roberto Jamil Cury, Helena Lewin, Luis Antonio C. R. da Cunha, Luiz Augusto Fraga Navarro de Brito, Magda Becker Soares, Raimundo Valnir C. Chagas e Vera M. F. Candau. Tal conselho mantém sua constituição central com ligeiras alterações até aproximadamente 1985. Essas mudanças indicavam, ainda que de forma implícita, alterações nas diretrizes editoriais da *RBEP*, mais conformes com as propostas para educação que emergiam da sociedade civil. Trata-se, pois, de momento relevante na trajetória da *RBEP*, quando ela se encontrará mais próxima dos educadores e pesquisadores em educação, que não atuam no âmbito específico do aparelho do Estado.

Em 1985, o Inep, tendo como diretora-geral a Prof^a Vanilda Paiva (1985, p. 305-343), realiza um seminário¹⁰ que teve como objetivo a discussão de suas novas linhas de atuação com representantes dessa comunidade acadêmica ou de entidades e organismos da sociedade civil e política. Nas palavras da diretora-geral:

Gostaria de agradecer a presença dos meus colegas profissionais da área da educação, vários deles ligados a univer-

sidades e instituições de pesquisa de diversas partes do País, muitos em cargos executivos no setor educacional de estados e municípios, alguns ligados ao legislativo em seus diversos níveis, que aqui vieram atendendo ao nosso convite para a discussão a respeito das orientações que deverão estar presentes na definição de uma nova política para o Inep.

As diretrizes produzidas nesse seminário refletiram as preocupações educacionais dos participantes, e a *RBEP* torna-se um espaço editorial mais aberto aos educadores e pesquisadores em educação e um espaço de análise crítica da configuração da esfera educativa. Examinando-se o conjunto de matérias publicadas pela *RBEP* acerca da educação superior brasileira (ESB), observa-se que esse nível de ensino passou por avaliação em suas diversas dimensões desde suas atividades-meio até sua função histórica e social. De 1983 a 1993, foram publicados 47 artigos sobre a ESB, em sua grande maioria em tom analítico-crítico ou crítico-descritivo da herança deixada pelo governo militar-autoritário para o ensino superior – a Reforma Universitária¹¹.

Os temas mais freqüentemente abordados nos artigos sobre educação superior, no período em estudo, como se pode verificar pela tabela abaixo, são os relacionados às atividades-fim da universidade e à necessidade ou não de associação entre elas, no interior das IES; à democratização da universidade e à formação de professores. Esta amostra parece expressar evidentemente as preocupações dos educadores/pesquisadores em educação e dos movimentos político-educacionais dos anos 80 e 90.

Tabela 3 – Subtemas de educação superior na *RBEP*, no período de 1983-1993

Temática	Quantidade	Freqüência %
Modelos institucionais	3	6,3
Formação de professores	8	17,0
Democratização da Universidade	11	23,4
Organização e gestão universitárias	1	10,6
Formação profissional	5	2,1
História da educação superior	1	2,1
Ensino, pesquisa e extensão	15	31,9
Financiamento	1	2,1
Total	47	100,0

¹⁰ Participaram do seminário do Inep na condição de autoridade, expositores e debatedores os seguintes profissionais da esfera educacional: Everardo Maciel (secretário-geral do MEC), todos os funcionários do Inep com funções de coordenação, Prof. Moacyr Góes (UFRGN), Prof^a Selma Garrido Pimenta (representante da Ande), Prof^a Safira Amann (UnB), Prof^a Glaura Vazques de Miranda (presidente da ANPEd), Prof^a Guiomar Namó de Mello (pesquisadora), Prof. Sérgio Costa Ribeiro (Grupo Gestor da Pesquisa de Avaliação da Reforma Universitária), Waldo César (consultor da FAO para América Latina), Prof. Celso Beisegel (USP), Gladys Mandelli (vereadora de Porto Alegre e presidente da Comissão de Educação da Câmara Municipal de Porto Alegre), Prof. Godofredo Pinto (vice-presidente da Confederação de Professores do Brasil), Prof^a Lia Machado (UnB), Prof^a Iria Kloss (UnB), Celina Moreira Franco (diretora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil), Prof. Carlos Brandão, Prof^a Nilda Alves (UFF), Prof^a Elizabeth Pompêo Camargo, Prof. Ayrton Fausto (Flacso), Prof. Alceu Ferrari (UFRGS), Prof^a Mirian Jorge Warde (PUC/SP e Secretaria Estadual de Educação de São Paulo), Prof^a Bernadete A. Gatti (FCC e USP), Prof. Jesus de Alvarenga Bastos (UFF), Prof^a Aparecida Jolly Gouveia (USP) e o ministro da Educação, Marco Maciel.

¹¹ Ver resumos já produzidos no curso da pesquisa "A produção científica sobre educação superior no Brasil: 1968-1995: avaliações e perspectivas", São Paulo, GT Política de Educação Superior da ANPEd, 1997.

A tabela abaixo indica a vinculação institucional dos autores – professores e/ou pesquisadores – na *RBEP*, o que parece contribuir para a confirmação da tese, segundo a qual, a *RBEP*, na década de 80 expressava, em um clima bastante democrático, as posições dos educadores e investigadores da área educacional. Os autores dos artigos publicados na revista são, em sua maioria, de universidades (de programas de pós-graduação ou não), faculdades ou institutos de pesquisa.

A *RBEP*, nesse período, foi um espaço editorial de mediação entre o Estado e a sociedade civil, especialmente, entre o Estado e a Academia. Refletiu e reproduziu, ainda que com contradições, o momento por que passava o País, quando as relações entre o político e o civil se realizavam em um espaço de dimensões reduzidas. A temática da educação su-

perior brasileira, em sua especificidade, fez-se presente na *RBEP*, por meio de estudos e ensaios, em geral críticos, dos docentes/pesquisadores, vinculados ou não a programas de pós-graduação e a alguns institutos de pesquisa da área educacional.

Vale destacar, em face do acima exposto, que a consolidação da pós-graduação e de institutos de pesquisa no campo educativo, ao mesmo tempo que contribuiu para subsidiar a produção das políticas educativas, possibilitou a tais instituições e programas o desenvolvimento de funções originalmente atribuídas ao Inep.

Uma última nota: a partir de 1991, observa-se a redução do número de membros do conselho editorial, que passa de uma média de nove, até esse momento, para cinco¹².

Tabela 4 – Vinculação institucional dos autores de artigos sobre educação superior na *RBEP*, no período de 1983-1989

Instituições	Quantidade	Frequência %
Andes	1	3,2
Capes	2	6,4
Collège de France	1	3,2
CPBE	1	6,2
Faculdade Pe. Anchieta	1	6,2
Fundação Carlos Chagas	1	3,2
Inep	1	3,2
PUC/RJ	2	6,4
PUC/RJ	1	6,2
PUC/SP	3	9,6
Univ. Regional de Blumenau	1	6,2
UEL	1	6,2
UFES	1	6,2
UFF	3	18,7
UFMG	1	3,2
UFRGS	1	6,2
UFRJ	1	3,2
UFRJ	1	6,2
UFSC	2	12,0
UFSM	1	6,2
UFV	1	6,2
UFV	1	3,2
UnB	5	16,1
Unicamp	4	12,9
Universidade Aberta/Canadá	1	3,2
Universidade da Flórida	1	3,2
USP	2	6,4
USP	1	6,2
Não consta	4	12,9
Total	47	100,0

¹²No quadrimestre jan./abr. desse ano, o conselho editorial era constituído por: Elizabeth Cassimiro, Esther Buffa, Ilma Passos Alencastro Veiga, Léa Pinheiro Paixão, Maria Helena Paixão, Pedro Georgen, Sofia Lerche Vieira, Vicente de Paulo Carvalho Madeira e Walter Esteves Garcia. Do quadrimestre maio/ago. 1991 a jan./abr. 1992, o conselho compôs-se com os seguintes membros: Esther Buffa, Ilma Passos Alencastro Veiga, Pedro Georgen e Vicente de Paulo Carvalho Madeira, sendo substituído, no período seguinte (maio/ago. 1992 a jan./dez. 1995), pelos seguintes conselheiros: Guy Capdeville, Mário Osório Marques, Terezinha Fróes, Vicente de Paulo Carvalho Madeira e Vitor Henrique Paro.

Conclusão

O Inep foi criado como um órgão do Estado há mais de meio século, constituindo-se um espaço político mediador entre este e a sociedade civil e tendo na *RBEP* um importante veículo de divulgação legislativo-normativa da área e do pensamento educacional/pedagógico brasileiro, produzido tanto nas instâncias do aparelho do Estado quanto nas instituições universitárias e/ou de pesquisa do País.

Este breve estudo permite afirmar que a *RBEP*, em seu já longo percurso, tem se mantido, em geral, fiel à racionalidade de suas origens e, por seu lugar – enquanto veículo de divulgação do Inep – tem exercido, igualmente, um inegável papel de mediação na esfera das políticas e estudos educacionais. A temática da educação superior, em suas diferentes nuances, revelou, sem dúvida, o movimento editorial da revista, ao ser abordada de modo mais alinhado ao pensamento oficial, nos anos 1964-1979, ou de modo mais próximo às reflexões, produzidas no âmbito da sociedade civil, nos anos 80 e 90.

No primeiro desses dois períodos, o País viu nascer, consolidar-se e fenecer a ditadura militar; o Estado brasileiro tornou-se muito forte e autocrático perante uma sociedade civil desarticulada e desarmada. Os governos militar-autoritários sucederam-se burocraticamente uns aos outros, mantendo, com poucas variações, o mesmo regime de força coercitiva e atemorizante sobre a sociedade em geral. A educação foi, também, alvo de repressão mais ou menos violenta e de ampla e profunda reforma, conforme os ideais políticos e os pressupostos teórico-ideológicos das forças no poder, tendo prevalecido – sobre a concepção humanista moderna da Escola Nova, predominante nos anos que antecederam e se seguiram imediatamente ao golpe militar de 64 – o tecnicismo educacional e pedagógico, nas linhas editoriais da *RBEP*. O tratamento dado à temática da educação superior não foi muito diferente do que se pode observar em relação à temática e às questões dos 1º e 2º graus, da formação profissional ou da educação permanente. O tratamento que se deu às questões que envolveram a reforma universitária, com raras exceções, traduziu as vozes e o *desideratum* oficial da modernização efficientista e

conformadora, mesmo porque ela ocorreu, de fato, no auge do poder ditatorial (68-73).

Nos anos 80, a redemocratização do País e a consolidação da pós-graduação e da pesquisa na área educacional, por hipótese, tornaram-se fatores importantes da crise do Inep e do redirecionamento da *RBEP*. Os temas e suas abordagens aproximavam-se dos estudos e pesquisas desenvolvidos nas instituições de ensino superior e de pesquisa. Passam os educadores e os pesquisadores em educação a publicar mais amiúde na *RBEP*, ao mesmo tempo que o seu conselho editorial irá constituir-se predominantemente de intelectuais ligados a essas instituições, bastante mais próximas da sociedade civil do que eram o CFE ou as entidades mantenedoras das IES privadas, que majoritariamente se faziam representar nesse conselho editorial nos anos 60 e 70.

É nos anos 80 e 90 que a *RBEP* passa a expressar, predominantemente, o debate teórico e político travado no âmbito das IES, especialmente de seus programas de pós-graduação, e das instituições de pesquisa do País. Os programas de estudos pós-graduados, particularmente os do campo educacional, criam condições de desenvolvimento do pensamento e da pesquisa educacional, fenômeno que se fortalece, nos anos 80, por meio da formação de docentes/pesquisadores e da ampliação do espaço editorial. Há aí, portanto, similaridade de papéis com os do Inep, ao menos com os de suas origens.

Em conclusão, ousamos afirmar que este sucinto estudo sobre o tema da educação superior nas páginas da *RBEP* permitiu vislumbrar algumas hipóteses de entendimento do significado do nascimento e da história recente desta revista, bem como de outro universo constituído das múltiplas e interligadas esferas, em cujo centro se situa, para fins de estudo e análise, a educação brasileira. Relembrando a metáfora de Darnton citada, esperamos que estas páginas, por obra das complexas relações que deverão desencadear em seus eventuais leitores, possam dar origem a outros estudos, ensaios, tentativas, críticas, conformadores de novos universos, de que estas páginas possam fazer parte, ainda que não essencial. Fique claro no final, como o foi no início e no curso deste estudo, que nestas páginas tentou-se resgatar a forte presença da

RBEP na educação do País e seu insubstituível valor documental para a compreensão da história da educação brasileira e, no caso particular, da educação superior, de cujo debate a *RBEP* foi sempre um dos mais credenciados veículos e interlocutores, ao longo de seus produtivos 55 anos.

Referências bibliográficas

- ALVARENGA, Lídia. *A institucionalização da pesquisa educacional no Brasil*. Belo Horizonte, 1996. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Orientadora: Glaura Vasques de Miranda.
- AZEVEDO, Fernando de. Na pesquisa das raízes de uma instituição. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 95, p. 18-26, jul./set. 1964, apud ALVARENGA, Lídia. *A institucionalização da pesquisa educacional no Brasil*. Belo Horizonte, 1996. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Orientadora: Glaura Vasques de Miranda.
- CAPANEMA, Gustavo. Apresentação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 3, jul. 1944.
- CASTRO, Amélia D. de. A didática na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos : um percurso de quatro décadas. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 65, n. 150, p. 291-300, maio/ago. 1984.
- DANTAS, Andréa M. L. *Crônica de uma reforma anunciada* : uma análise da seção Estudos e Debates da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos nos anos de 1961-1962 e 1972-1973. São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Orientadora: Maria Helena Bittencourt Granjo.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. São Paulo : Cia. das Letras, 1990.
- EDITORIAL. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v. 1, n. 1, p. 5-6, jul. 1944.
- FONSECA, Dirce M. *O pensamento privatista em educação*. Campinas : Papyrus, 1992.
- GANDINI, Raquel. *Intelectuais, Estado e educação* : Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos 1944-1952. Campinas : Ed. Unicamp, 1995. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. Orientador: Maurício Tragtenberg.
- GERMANO, José W. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo : Cortez/Ed. Unicamp, 1993. 104 p.
- MARTINS, Carlos B. Apresentação. In: MARTINS, Carlos B. (Org.). *Ensino superior brasileiro* : transformações e perspectivas. São Paulo : Brasiliense, 1988a. p. 7-8.
- _____. O novo ensino superior privado no Brasil. In: MARTINS, Carlos B. (Org.). *Ensino superior brasileiro* : transformações e perspectivas. São Paulo : Brasiliense, 1988b. p. 11-48.
- NICOLATO, Maria Auxiliadora. *A caminho da Lei nº 5.540/68* : a participação de diferentes atores na definição da reforma universitária. Belo Horizonte, 1986. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
- OLIVEN, Arabela C. *A paroquialização do ensino superior*. Petrópolis : Vozes, 1990.

- ORTIZ, Renato. Fundação, autarquias e reforma administrativa. *Cadernos Andes*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 8-13, nov. 1981.
- PAIVA, Vanilda. Linhas de atuação do Inep (Seminário). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 66, n. 153, p. 305-343, maio/ago. 1985.
- ROSAS, Paulo. A psicologia na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 65, n. 150, p. 314-336, maio/ago. 1984.
- SAVIANI, Dermeval. A filosofia da educação no Brasil e sua veiculação pela Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 65, n. 150, p. 273-289, maio/ago. 1984.
- _____. Tendências e correntes da educação brasileira. In: MENDES, Durmeval T. et al. *Filosofia da educação brasileira*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1983. p.19-47 e p. 273-290
- SGUISSARDI, Valdemar. *Universidade, fundação e autoritarismo : o caso da UFSCar*. São Carlos : EDUFSCar, 1993.
- SILVA JÚNIOR, João dos Reis. *Histórico avaliativo do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unimep e proposta de metodologia para sistematização do seu projeto pedagógico*. Piracicaba : Unimep, 1993. mimeo.
- VIEIRA, Sofia Lerche. *O (dis)curso da (re)forma universitária*. Fortaleza : UFC/Proed, 1962.
- WARDE, Mírian Jorge. Prefácio. In: GANDINI, Raquel. *Intelectuais, Estado e educação : Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos 1944-1952*. Campinas : Ed. Unicamp, 1995. p. 5-7.

Recebido em 26 de julho de 1999.

Valdemar Sguissardi é professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep).

João dos Reis Silva Jr. é professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unimep e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Sociedade, Política.

Abstract

Higher Education and its historical development at the Brazilian context are studied through the analysis of articles at the Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), which has been published by Inep since 1944. Three main periods of analysis were proposed in this present study: 1st (1944-1964), in which the beginning and the consolidation of the RBEP were basically established; 2nd (1964-1979), in which the presence of the State in the definition of educational policies is stressed, as shown by the educational reform imposed by the military government; and the 3rd one (1980-1995) where happens the democratization of the civil society, in which the intellectual production was mainly developed in the graduate programs on Education.

Key-Words: higher education; periodic article; Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP).

ANEXO

Quadro 1 – Autores e títulos de artigos publicados na RBEP (amostra) 1965-1969

Autor	Título/Artigo	RBEP
Angel Diego Marquez	Renovação didática do Ensino Médio	v. 44, n. 100, out./dez. 1965
Jayme Abreu e Nadia Cunha	Currículo ginasial secundário no Brasil, depois da LDB	
Robert Davée	Planejamento da educação no Brasil – sugestões	v. 45, n. 101, jan./mar. 1966
Jayme Abreu	Economia e educação	
Zenaide C. Schultz	Construção e equipamento de escolas e o Plano Nacional de Educação	v.46, n. 104, out./dez. 1966
Anísio Teixeira	O problema da formação do magistério	
Jacques Torfs	Receitas e despesas com o ensino no Brasil	
Durmeval Trigueiro	Plano de educação no Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico	
Roger Gal	Métodos ativos e recursos audiovisuais	
Gretchen Becher	Observações sobre o processo de comunicação	
Rômulo Almeida	Programação educacional num país em processo inicial de desenvolvimento	v. 47, n. 105, jan./mar. 1967
Anísio Teixeira	Aspectos da reconstrução da universidade latino-americana	
Durmeval Trigueiro	Governo da Universidade	
Rubens Maciel	Cursos de pós-graduação	
Valnir Chagas	Faculdade de Educação e a renovação do ensino superior	
Valnir Chagas	A luta pela Universidade no Brasil	v. 48, n. 107, jul./set. 1967
Paulo Novaes	Um modelo econômico para planejamento da educação	v. 49, n. 110, abr./jun. 1968
Paul Ricoeur	Reforma e revolução na Universidade	v. 50, n. 111, jul./set. 1968
Anísio Teixeira	Uma perspectiva da educação superior no Brasil	
Newton Sucupira	Reestruturação das universidades federais	
Durmeval Trigueiro	A Universidade e sua utopia	v. 50, n. 112, out./dez. 1968
Aparecida Joly Gouveia	Democratização do ensino superior	
Durmeval Trigueiro	Um novo mundo, uma nova educação	v. 51, n.113, jan./mar. 1969
Alain Touraine	Educação permanente e sociedade industrial	
Anísio Teixeira	Escolas e Educação	v. 51, n. 114, abr./jun. 1969
Newton Sucupira	Da Faculdade de Filosofia à Faculdade de Educação	
José de Faria Góis Sobrinho	Sentido e Objeto das Faculdades de Educação	
J. Lauwerys	Instalação e desenvolvimento das Faculdades de Educação	
Arlindo Lopes Correa	Pesquisa e planejamento educacional	v. 52, n. 115, jul./set. 1969
Ralph von Gersdorff	A pesquisa econômica aplicada à educação	